



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
Instituto Menino Miguel
Escola de Conselhos de Pernambuco
Laboratório de Histórias das Infâncias do Nordeste - LAHIN**

Ofício 13/2021

**Ao Sr. Joelson Rodrigue
Secretário Executivo de Assistência Social
Secretaria de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude - SDSCJ**

Assunto: Projeto Pedagógico/Financeiro do Cursos de Especialização em Políticas Sociais e Especialização em Gestão de Política Social.

Recife, 28 de junho de 2021

Cumprimentando-o, encaminhamos, em anexo, para análise o Projeto Pedagógico/Financeiro do Curso de Especialização em Políticas Sociais, em nível de pós-graduação *latu sensu* a ser oferecido na modalidade a distância, entre setembro de 2022 e dezembro de 2023. Ressaltamos, que o referido Projeto já se encontra oficialmente aprovado nas instâncias burocráticas da UFRPE, estando em conformidade com a RESOLUÇÃO 226/2020 do CEPE/UFRPE.

Ressaltamos que a proposta de Especialização

Cordialmente,



Humberto Miranda
Coordenador



UNIVERSIDADE
FEDERAL RURAL
DE PERNAMBUCO

Secretaria
de Desenvolvimento Social,
Criança e Juventude



CapacitaSUAS LATO SENSU

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU EM POLÍTICAS SOCIAIS
Especialização em Políticas Sociais
Projeto Pedagógico

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU EM GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS
Especialização em Gestão de Política Social
Projeto Pedagógico



UNIVERSIDADE
FEDERAL RURAL
DE PERNAMBUCO

Secretaria
de Desenvolvimento Social,
Criança e Juventude



PERNAMBUCO

GOVERNO DO ESTADO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU EM POLÍTICAS SOCIAIS
Especialização em Políticas Sociais
Projeto Pedagógico

SUMÁRIO

1. Nome do Curso e Área do Conhecimento
2. Histórico da Instituição
3. Justificativa
4. Objetivos
5. Público-alvo
6. Concepção do Projeto
7. Coordenação e Equipe Docente (atribuições)
8. Carga Horária
9. Período e Periodicidade
10. Conteúdo Programático-Ementário
11. Corpo Docente
12. Metodologia
13. Interdisciplinaridade
14. Atividades Complementares
15. Tecnologia - Recursos Didáticos
16. Infraestrutura - Local de Ocorrência do Curso
17. Critérios de Seleção
18. Sistema de Avaliação
19. Controle de Frequência
20. Trabalho de Conclusão
21. Certificação
22. Indicadores de Desempenho
23. Planilha Financeira

1. Nome do Curso e Área do Conhecimento

Denominação: **Especialização em Políticas Sociais**

Área do Conhecimento (Capes): 90000005 MULTIDISCIPLINAR

Subárea do Conhecimento (Capes): 90192000 SOCIAIS E HUMANIDADES

Departamento proponente: DECISO

Nível: Pós-Graduação Lato Sensu

Modalidade: A distância

Subordinação: O curso é regido pelas Normas Gerais dos Cursos de Pós-Graduação *lato sensu* da Universidade Federal Rural de Pernambuco. Está vinculado ao Instituto Menino Miguel e à Secretaria de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude do Governo do Estado de Pernambuco, responsável pelo financiamento e gestão dos recursos para o oferecimento gratuito do curso.

2. História da Instituição

Fundada em 1912, como Escola Superior de Agricultura de Pernambuco, a Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) tinha como objetivo formar profissionais na área de ciências agrárias. A demanda advinda dessa área gerou a possibilidade de diferentes cursos de Bacharelado e Licenciatura. Até dezembro de 1988, a UFRPE oferecia entre seus cursos de graduação o curso de Licenciatura em Ciências com habilitação em Física, Química, Matemática e Biologia. Em 1990, com o desmembramento das áreas e a consolidação de novos cursos de Licenciatura Plena: em Ciências Biológicas, em Física, em Matemática e em Química, foi criada a Licenciatura Plena em História. Todas essas licenciaturas passaram a ser oferecidas no turno noturno. Em 2009, novos cursos foram oferecidos à sociedade, a exemplo de Bacharelado em Administração e Licenciatura em Letras.

A dinâmica da UFRPE não se volta apenas para o ensino, a instituição tem se notabilizado também pelas pesquisas realizadas e pelas atividades de extensão que colocam em interação a sociedade e a Universidade. Com a constante intenção de buscar respostas para as questões que envolvem o desenvolvimento e a melhoria da qualidade de vida da sociedade

3. Justificativa

Este documento fornece os contornos iniciais do projeto pedagógico para o curso de **Especialização em Políticas Sociais**, voltado aos (as) profissionais de nível superior que atuam na provisão dos serviços socioassistenciais de Pernambuco, gestores (as) e

conselheiros (as) da assistência social do estado de Pernambuco no exercício de suas competências e responsabilidades.

Para participação no curso, será dada prioridade aos (as) profissionais que possuem vínculo formal (efetivo) com o estado de Pernambuco e/ou com todos os 184 municípios e o Distrito Estadual de Fernando de Noronha – DEFN e que tenham participado de ações do Programa CapacitaSUAS/PE.

O Curso de Especialização aqui proposto, na medida em que tem como horizonte estratégico a ampliação do acesso aos serviços socioassistenciais e a melhoria da qualidade de vida da população, visa promover a dinâmica própria das políticas públicas sociais e dos temas que as envolvem, dialogando teórica e praticamente com o chamado “Campo de Públicas”. É importante mencionar que se trata

essencialmente, de um campo multidisciplinar de ensino, pesquisa e fazeres tecnopolíticos, no âmbito das Ciências Sociais Aplicadas e das Ciências Humanas, que se volta para assuntos, temas, problemas e questões de interesse público, de bem-estar coletivo e de políticas públicas inclusivas, em uma renovada perspectiva republicana ao encarar as ações governamentais, dos movimentos da sociedade civil organizada e das interações entre governo e sociedade, na busca do desenvolvimento socioeconômico sustentável, em contexto de aprofundamento da democracia. (PIRES, FONSECA, VENDRAMINI, COELHO, 2014, p. 112).¹

4. Objetivos

Geral:

Na modalidade EAD, esta formação busca ampliar a profissionalização da gestão pública dos (as) profissionais de nível superior que atuam na provisão dos serviços socioassistenciais, gestores (as) e conselheiros (as) da assistência social do estado de Pernambuco no exercício de suas competências e responsabilidades, tendo em vista a ampliação do acesso e a melhoria da qualidade do serviço e dos indicadores sociais do estado.

Específicos:

- a) Formar, em nível de especialização, 60 servidores (as) técnicos (as) e gestores (as) e conselheiros (as) da assistência social da política de assistência social do Estado de Pernambuco em Especialista em Gestão de Políticas Sociais;
- b) Fortalecer a rede socioassistencial de Pernambuco através da qualificação técnica e política dos quadros técnicos e gestores (as) quanto à elaboração, implementação, gestão e avaliação de políticas sociais;

¹ PIRES, Valdemir Aparecido et al. **Dossiê campo de públicas no Brasil**: definição, movimento constitutivo e desafios atuais. Administração Pública e Gestão Social, p. 109-167, 2014.

- c) Contribuir para a consolidação e ampliação das políticas sociais e a promoção do desenvolvimento social do Estado de Pernambuco;

5. Público-alvo

Especialização em de Políticas Sociais

Servidores (as), gestores (as), técnicos (as) e conselheiros (as) agentes públicos atuantes na política de assistência social de Pernambuco, tendo em vista a ampliação do acesso e a melhoria da qualidade do serviço e dos indicadores sociais do Estado, esses sendo:

- a) gestores, dirigentes e trabalhadores da rede socioassistencial pública;
- b) conselheiros de assistência social, no exercício de suas competências e responsabilidades.

São requisitos mínimos e obrigatórios para o processo seletivo:

- 1) seja servidor ou empregado público da administração pública do Poder Executivo Estadual ou Municipal;
- 2) tenha concluído a graduação, com diploma em curso reconhecido pelo MEC;
- 3) tenha participado e certificado em cursos promovidos via Programa CapacitaSUAS/PE;
- 4) tenha maior tempo de atuação na política de assistência social.

Número de Vagas: 60 vagas.

Habilitação/Certificação: Especialista em Políticas Sociais

Carga Horária Total dos Componentes (h/r): 360 horas

A duração do curso será de no máximo até 18 meses.

6. Concepção do Projeto

Um curso de especialização, quando amparado em fundamentos teóricos e conceituais consistentes, é muito importante para a formação dos profissionais do serviço público. De um ponto de vista individual e coletivo, a emergência de especialista, numa sociedade tida como sendo “do conhecimento”, é relevante para o desenvolvimento intelectual dessa sociedade.

No caso em tela, rege-se pelos princípios e pelos pressupostos que compreendem a formação de especialistas menos como uma espécie de hiperespecialização e mais como uma maneira interdisciplinar de contribuir para a construção de profissionais técnica e politicamente bem estruturados.

De modo muito direto e objetivo, é possível afirmarmos que a concepção pedagógica do Curso de Especialização tem relação (in)direta com as linhas discursivo-pedagógicas que entendem e explicam a educação superior como voltada para a formação

de sujeitos críticos criativos e cuidadosos, sujeitos necessários às reflexões sobre as problemáticas do saber.

Em função do próprio tema da especialização, como também dos objetivos já explicitados, a concepção pedagógica crítico-reflexiva que serviu de parâmetro para a construção deste Projeto tem sua base teórica, conceitual e metodológica fundamentada numa matriz epistemológica de natureza sócio-histórica. Tal matriz prega a educação superior como sendo uma invenção humana voltada para a formação do sujeito capaz de utilizar para o seu bem individual e para o bem coletivo competências e habilidades.

Desse modo, quando afirmamos que a concepção pedagógica que sustenta este Projeto é de natureza crítico-reflexiva, queremos dizer que o ementário criado, especialmente para esta Especialização, está amparado numa lógica de pensamento que não se baseia nos pressupostos e nos princípios de matrizes epistemológicas reducionistas, logo as intenções do ementário como um todo e as intenções do ementário de modo mais específico traduzem disciplinas reflexivas e dialógicas.

Se analisadas de modo isoladas ou mesmo em conjunto, as disciplinas que compõem a parte epistêmica deste Projeto foram montadas sob aportes teóricos que lhes dão uma mesma linha diretriz no que concerne aos argumentos por elas defendidos: a formação do estudante regularmente matriculado nesta Especialização deve ter por objetivo primeiro a melhoria no que diz respeito à sua atuação.

De um ponto de vista didático e metodológico, podemos afirmar que as disciplinas constituintes deste Projeto serão materializadas, com vistas a empreenderem um processo ensino-aprendizagem para o qual a importância do ensino não põe em xeque a relevância da aprendizagem, visto que tais disciplinas compreendem que a aprendizagem é um processo de relevância fulcral para todo e qualquer processo de ensino.

7. Coordenação e Equipe Docente

Coordenação Geral do curso

1. Raquel de Aragão Uchôa Fernandes (DCC/UFRPE)

Possui graduação em Economia Doméstica pela Universidade Federal de Viçosa (2003), mestrado em Extensão Rural pela mesma Universidade (2007) e doutorado pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2012). É professora do Departamento de Ciências do Consumo da Universidade Federal Rural de Pernambuco. É professora e coordenadora do Programa de Mestrado em Consumo, Cotidiano e Desenvolvimento Social/PGCDS da UFRPE. Professora do Programa de Pós-Graduação Educação, Cultura e Identidades UFRPE/Fundaj.. Faz parte da coordenação do Observatório da Família que integra o Instituto Menino Miguel . É pesquisadora do Núcleo

de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher/NUPEM, do Observatório da Família e do Núcleo de Estudos do Consumo e Economia Família - NECEF e Laboratório de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho, Políticas Públicas e Desenvolvimento/ LABOR. Integra o corpo docente da Escola de Conselhos de Pernambuco. Entre as áreas temáticas de interesse estão: Estudos da família; Relações étnico-raciais, de classe, gênero/sexualidade e geração; Políticas Sociais; Interseccionalidades; Movimentos sociais; Relações de consumo; Direitos Humanos; Direito à cidade e ao Habitar, Sistema de Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes; Segurança Alimentar e Nutricional e Sistema Prisional.

2. Humberto da Silva Miranda (DE/UFRPE)

Possui graduação em História (2005) e mestrado em História Social da Cultura Regional pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (2008). Doutor em História pela Universidade Federal de Pernambuco (2014) e Pós-Doutor pela Universidade Estadual de Santa Catarina - UDESC. Professor do Departamento de Educação da UFRPE. Professor do Programa de Pós-Graduação em História da UFRPE e do Programa Educação, Culturas e Identidades (UFRPE/Fundaj). Coordena o Programa Escola de Conselhos de Pernambuco/Laboratório de História das Infâncias do Nordeste - Instituto Menino Miguel/UFRPE. Atua como vice coordenador do GT Nacional História da Infância e da Juventude - Anpuh Brasil.

Professora Pesquisadora

Professora Dra. Gabriella Maria Lima Bezerra (DECISO/UFRPE).

Docente Adjunta de Ciência Política do Departamento de Ciências Sociais - DECISO, da Universidade Federal Rural de Pernambuco. Doutora em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS. Já foi professora substituta dos cursos de graduação em Gestão de Políticas Públicas e Economia Ecológica do Departamento de Estudos Interdisciplinares - DEINTER, da Universidade Federal do Ceará - UFC e da Especialização em Educação Pobreza e Desigualdade Social oferecida pela UAB/MEC e Universidade Federal do Ceará - UFC. Tem experiência em tutoria nos cursos de Especialização em Informática em Saúde, oferecida pela Universidade Federal de São Paulo - UNIFESP, Gestão Pública Municipal, oferecido pela Universidade Federal do Paraná - UFPR e do Curso de Aperfeiçoamento em Educação, Pobreza e Desigualdade Social, oferecido pelo Governo do Estado do Ceará, em parceria com a UFC. Pesquisadora vinculada ao Laboratório de Estudos em Política, Eleições e Mídias - LEPEM da UFC e Colunista do Jornal O Povo.

Equipe Docente (atribuições)

Professores – responsáveis pela regência das disciplinas propostas, acompanhamento dos discentes e avaliação dos resultados.
Professores - Palestrantes Seminário – responsáveis pelas palestras voltadas por conteúdos e temáticas específicas e inovadoras (convite da coordenação).
Professores Orientadores – responsáveis pelo acompanhamento e avaliação do TCC(convite da coordenação).
Professores Conteudistas – responsáveis pela produção dos conteúdos e de documentos específicos do curso (seleção pública interna UFRPE).
Professor Pesquisador – responsável pela produção da pesquisa pedagógica, temática e das atividades mensais do Curso.

8. Carga Horária

360 horas/aula

9. Período e Periodicidade

Início: setembro de 2021

Término: dezembro de 2022

10. Conteúdo-Programático-Ementário

10.1. Matriz Curricular Especialista em Políticas Sociais

Especialista em Políticas Sociais Unidades Curriculares		
1º Módulo - Carga Horária		
1	Aula de Abertura: Apresentação do Curso	4
2	Estado e Políticas Públicas	24
3	Políticas de Seguridade e Desenvolvimento Social	24
4	Metodologia de Pesquisa	24
5	Seminário Integrador 1	14
2º Módulo - Carga Horária		
6	Direitos Humanos	24
7	Participação, Controle e Gestão Social	20
8	Política Estadual da Assistência Social	24
9	Seminários Integrador 2	14
3º Módulo - Carga Horária:		
10	Temas estratégicos - Pobreza, Desigualdades e indicadores sociais	24
11	Trabalho Social no SUAS	24
12	Oficina de Pesquisa	24
13	Seminário Integrador 3	14
4º Módulo - Carga Horária		
14	Temas Estratégicos: Proteção Social no SUAS	24
15	TCC	40
16	Seminário Integrador 4	14
Carga Horária Total		360h

10.2. Ementário das Unidades Curriculares

Estado e Políticas Públicas: Estudo das políticas públicas entendidas a partir da relação entre a ação governamental e os processos políticos; Definição de políticas públicas; Para que servem as políticas públicas; Processos decisionais das políticas públicas, em suas complexas relações: atores, instituições, dinâmica Estatal e governamental.

Políticas de Segurança e Desenvolvimento Social: Desenvolvimento Social e Proteção Social: quadro teórico e panorama nacional. A transformação do papel do Estado e o desenvolvimento da política social. Políticas Sociais no Brasil: histórico; Engenharia institucional de proteção social.

Metodologia de Pesquisa: O trabalho científico e seus elementos. Normas técnicas e aspectos gráficos do trabalho científico. bases metodológicas na prática da pesquisa social. A pesquisa e produção do conhecimento científico. Projetos de Pesquisa, construção do objeto.

Seminários Integradores:

I: Burocracia de Nível de Rua;

II: Gestão do Trabalho e Educação Permanente no SUAS;

III- Interseccionalidade e Políticas Sociais: Gênero e Diversidade Étnico Racial;

IV - Intersetorialidade das Políticas Sociais.

Direitos Humanos: A construção do sujeito de direitos. Estado, democracia e Direitos Humanos: os princípios de igualdade e justiça social. Debate teórico sobre os Direitos Humanos, as principais correntes oposicionistas e críticas de amplo espectro político. Tratados, legislações e mobilizações dos organismos internacionais.

Participação, Controle e Gestão Social: Institucionalização do controle social como exercício regular nas políticas. Gestão social, sociedade civil, poder local e governança, o processo de democratização no Brasil e a institucionalização do Controle Social na Carta de 1988. Os modelos de Controle Social: Conselhos, Conferências, Plano Diretor e Estatuto da Cidade.

Política Estadual da Assistência Social: Emergência da Política Nacional de Assistência Social. Trajetória da constituição da assistência social em Pernambuco; Engenharia institucional de proteção social no estado de Pernambuco; Governo de Pernambuco e Políticas Públicas.

Trabalho Social no SUAS: O trabalho da Proteção social e a Assistência social. Trabalho Social no SUAS. Serviços tipificados e públicos: crianças e adolescentes, idosos, pessoas com deficiência, população LGBTQIA+, Mulheres vítimas de violência e outros. Vulnerabilidade e risco social no contexto da assistência social; gestão do cuidado; gestão de crise; gestão de desastres.

Temas Estratégicos:

I: Pobreza, Desigualdades e indicadores sociais: Interseccionalidade, controvérsias na conceitualização de pobreza e desigualdade. Implicações da pobreza e desigualdade. Indicadores sociais como instrumentos de planejamento e gestão. Políticas públicas baseadas em evidências;

II: Indivíduos e famílias em situação de violência. Acolhimentos para Crianças e Adolescentes e idosos; Contextualização sócio-histórica da infância no Brasil; a família, as instituições escolares e a política de atendimento à infância e a adolescência; condições de vida nas áreas da educação, saúde e proteção; políticas públicas para infância e adolescência.

Oficina de TCC: Instrumental teórico e prático para o exercício da pesquisa. Técnicas de pesquisa. Relação entre sujeito e objeto da investigação.

TCC

11. Corpo Docente

Serão convidados pela coordenação geral do [Programa curso](#) e equipe pedagógica, a partir de suas reconhecidas carreiras profissionais identificadas com os objetivos e ementas das unidades curriculares.

Corpo técnico/administrativo: estrutura administrativa oriunda do CAPACITASUAS para os atendimentos e funções necessários à organização pedagógica e ao funcionamento do curso.

COMITÊ GESTOR

O Programa contará com um espaço institucional para acompanhamento do processo formativo, denominado Comitê Gestor, com reuniões semestrais, visando a escuta às instituições envolvidas, apreciação dos relatórios parciais de execução e dos temas que serão objeto dos TCC's.

Composição do Comitê Gestor:

- a) Coordenação geral do Programa;
- b) Gerência de Gestão do Trabalho e Educação Permanente / Secretaria de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude;
- c) Instituto Ipê/UFRPE
- d) Representante do corpo discente

12. Metodologia

A tendência crítico-reflexiva, que concebe a formação continuada em todas as áreas de atuação como um processo contínuo e permanente de desenvolvimento, é a concepção de educação adotada pelo Curso. Durante o curso de especialização, o cursista irá construir conhecimento e teorizar sobre a prática diária, fazendo uso da reflexão crítica no seu contexto social, político, econômico e cultural. O processo de formação que envolve a pesquisa leva-o paulatinamente a ler e compreender a realidade, assumindo compromisso com ela.

No que diz respeito aos profissionais, este curso de especialização adota como metodologia para a formação os seguintes dispositivos: estudo compartilhado; planejamento e desenvolvimento de ações conjuntas; estratégias de reflexão da prática e

análise e sugestão de/para situações-problema de ordem teórica (conceitual) ou empírica (situações reais). O pano de fundo de todas as ações é a prática tomada como fonte de investigação, de experimentação, de indicação de conteúdo e de transformação.

A estrutura do projeto pedagógico proposto aqui busca desenvolver diferentes competências, a saber: aprender a aprender, trabalhar em grupo, comunicar-se efetivamente por meio das modalidades oral e escrita; fazer reflexões críticas com autonomia e resolver problemas. Os conhecimentos adquiridos serão socializados por meio de exposições dialogadas, discussões, debates e seminários, a fim de garantir a troca de saberes e verificar a aprendizagem de forma contínua e processual.

13. Interdisciplinaridade

A interdisciplinaridade, assim como a entendemos aqui, é um dos princípios norteadores deste Curso. Desse modo, em todas as variáveis das questões didáticas,encionamos que a interdisciplinaridade esteja presente. A maneira como a organização metodológica das disciplinas estáposta favorecerá a ocorrência de ações pedagógicas interdisciplinares.

14. Atividades complementares

As aulas que ocorrerão no Curso terão por premissa serem dialógicas, pensadas num processo de ensino aprendizagem significativo para os atores escolares neles envolvidos. Desse modo, serão evitadas aulas eminentemente expositivas e procurar-se-á a materialidade de aulas interativas nas quais os conhecimentos sejam forjados sempre de modo consistente e prazeroso.

Em complementação às aulas, o Curso promoverá atividades fora da sala de aula a exemplo de palestras, workshops, participação em eventos, pesquisa de campo etc., no sentido de diversificar as formas de aprendizagem e de estimular a socialização de conhecimentos.

15. Tecnologia e recursos didáticos

Os professores utilizarão seus computadores pessoais e plataformas digitais de ensino (via Google Sala de Aula – UFRPE).

16. Local de Ocorrência do Curso - Infraestrutura

Local onde ocorrerão as aulas

Local onde funcionará a Secretaria do Curso

Toda a atuação do curso ocorrerá de forma remota e online, não presencial.

Local para pesquisa

Bibliotecas da UFRPE, locais em que os cursistas contarão com bibliografia específica sobre a temática. Assim como, acervos digitais disponíveis online. Os arquivos serão disponibilizados no Site do Instituto Menino Miguel.

Local para pesquisa

Bibliotecas da UFRPE, locais em que os cursistas contarão com bibliografia específica sobre a temática. Assim como, acervos digitais disponíveis online.

17. Critérios de Seleção

O Curso oferece 60 vagas, sem ônus para os selecionados em termos de pagamento de mensalidade referente ao curso.

Será observada a distribuição regional das vagas, buscando contemplar todo o Estado de Pernambuco e, assim, efetivar a interiorização do aprendizado aqui proposto.

São requisitos mínimos e obrigatórios para o processo seletivo:

- 1) seja servidor ou empregado público da administração pública do Poder Executivo Estadual ou Municipal;
- 2) tenha concluído a graduação, com diploma em curso reconhecido pelo MEC;
- 3) tenha participado e certificado em cursos promovidos via Programa CapacitaSUAS/PE;
- 4) tenha maior tempo de atuação na política de assistência social.

Processo seletivo

As inscrições serão feitas exclusivamente de maneira on-line por email.

Para efetuar a inscrição, o candidato deverá preencher corretamente a ficha de inscrição. Os documentos abaixo relacionados devem ser digitalizados e enviados em formato PDF, juntamente com a ficha de inscrição:

- a) Ficha de inscrição devidamente preenchida;
- b) RG;
- c) CPF;
- d) Diploma de graduação ou comprovante de colação de grau em curso superior devidamente reconhecido pelo MEC. No caso de diploma estrangeiro, o documento deverá ser traduzido e devidamente reconhecido pelo Ministério da Educação, até o final do primeiro semestre do curso;
- e) Histórico Escolar da graduação;
- f) Documento que comprove estar atuando no Governo do Estado de Pernambuco **ou** em município pernambucano, com data de ingresso na instituição, comprovando vínculo e tempo de serviço no SUAS;
- g) Comprovação de certificados em cursos realizados via programa CapacitaSUAS/PE;
- h) Curriculum vitae resumido (três laudas no máximo).

Será aceita, apenas, a inscrição do candidato que tenha concluído ou comprove a aptidão para concluir o curso superior antes do período da matrícula no Curso.

O processo de seleção constará de duas etapas:

1^a. Etapa (eliminatória)

- a) carta de intenções;
- b) análise do currículo;
- c) histórico acadêmico da graduação;
- d) documentos comprobatórios.

2^a. Etapa (caso haja número maior de inscritos do que vagas - Etapa classificatória):

- a) Entrevista
- b) Caso haja empate entre os candidatos, como critério de desempate, observaremos o tempo de vínculo empregatício.

Esse processo seletivo será conduzido por uma comissão presidida do Programa e representante da GGTEP/SDSCJ.

Após a lista de aprovados preliminar, os inscritos poderão solicitar revisão. A comissão fará a análise dos pedidos de revisão e será lançada a nova publicação com o resultado. A matrícula será efetivada após o cumprimento de todas as exigências.

18. Sistema de Avaliação

Como dissemos antes, este Curso pretende ser materializado na e pela prática pedagógica tendo nos fundamentos sócio-históricos da educação seu parâmetro de ocorrência. Dessa forma, o sistema de avaliação da aprendizagem que compreenderá as unidades curriculares do Curso também seguirá, como não poderia deixar de ser diferente, a mesma linha de raciocínio.

A avaliação, por ser criteriosa, será do mesmo modo rigorosa, e não se confundirá com a simples noção de exame. No entanto, também não será simplesmente um procedimento de natureza compensatória. Os procedimentos avaliativos serão parte integrante e necessária dos processos de aprendizagem.

Haverá, sob a regência da proposta pedagógica deste Curso, processos avaliativos os quais permitam tanto a melhoria na qualidade dos processos de ensino-aprendizagem quanto no que diz respeito tão-somente aos procedimentos de ensino dos docentes.

19. Controle de Frequência

Aparentemente a frequência pode não ser uma problemática didática, mas ela o é. Nesse sentido, utilizaremos aquilo que está previsto em Lei para guiar nossos procedimentos didáticos: a frequência mínima exigida é 75% de presença às aulas e às atividades complementares. O acompanhamento ocorrerá por meio de listas de frequência disponibilizadas para assinatura até 50% do tempo transcorrido da aula ou da atividade complementar.

20. Trabalho de Conclusão de Curso

Propomos que a preparação para o TCC aconteça em dois momentos para o curso de especialização em Gestão de Políticas Sociais, prevendo, neste caso, o maior distanciamento do ambiente acadêmico e tendo em vista a contribuição que esta atividade tem na evasão do curso de especialização, principalmente, na modalidade a Distância. Também propomos que os temas possíveis de serem desenvolvidos sejam previamente definidos, a partir de decisão do Comitê Gestor e de acordo com as temáticas consideradas estratégicas para o Governo do Estado de Pernambuco. Além disso, definiremos previamente os modelos de TCC, para melhor encaminhamento e acompanhamento dos alunos, novamente, com intenções de reduzir a evasão. Sugerimos os seguintes modelos de TCC: 1) modelo tradicional de revisão teórica ou pesquisa empírico analítica; 2) projeto de intervenção - O (a) aluno (a) insere-se em um local específico de desenvolvimento de políticas públicas, de

forma a identificar uma situação, nos moldes de caso-pesquisa, sob a orientação de um professor do curso, para a qual deve desenvolver uma proposição de intervenção. 3) trajetória de vida.

Esses modelos serão definidos por comissão didática e apresentados para os alunos.

Banca Examinadora

A banca examinadora será composta pelo orientador e demais membros convidados.

21. Certificação

Para que o aluno tenha direito ao Certificado de Conclusão de Curso, emitido pela Universidade Federal Rural de Pernambuco, deverá obter frequência igual ou superior a 75% da carga horária, integralizar com desempenho suficiente os créditos, concluir, defender e entregar a versão final do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), no prazo previsto no calendário, em dois exemplares digitais em pdf para a Coordenação do Curso, segundo os critérios de avaliação estabelecidos nas Normas Gerais.

Quanto à disciplina: a) Os recursos didáticos. b) O cumprimento dos objetivos. c) A metodologia de trabalho. d) A clareza da linguagem utilizada pelo docente. e) A bibliografia. f) O sistema de avaliação. g) A assiduidade do docente. h) A interação docente/discente. II – Quanto à autoavaliação: a) Pontualidade. b) Assiduidade. c) Estudo dos textos (atividade extraclasse). d) Participação nos debates em sala de aula. e) Participação nas atividades de grupo (em classe e extraclasse). f) Investimento pessoal na disciplina. g) Relação teoria-prática. h) Crescimento profissional. III – Quanto à avaliação final do curso: a) Objetivo/proposta do curso. b) Articulação das disciplinas com a proposta do curso. c) Coordenação do curso. d) Equipe de apoio.

22. Indicadores de Desempenho[V1]

Para efeito de avaliação global do curso, conforme a Resolução 277/2011, durante a realização do curso, o discente avaliará as disciplinas individualmente, ao serem concluídos os seus créditos, bem como, fará uma autoavaliação e uma avaliação geral, observando os seguintes critérios:

I – Quanto à disciplina: a) Os recursos didáticos. b) O cumprimento dos objetivos. c) A metodologia de trabalho. d) A clareza da linguagem utilizada pelo docente. e) A bibliografia. f) O sistema de avaliação. g) A assiduidade do docente. h) A interação docente/discente.

II – Quanto à autoavaliação: a) Pontualidade. b) Assiduidade. c) Estudo dos textos (atividade extraclasse). d) Participação nos debates em sala de aula. e) Participação nas atividades de grupo (em classe e extraclasse). f) Investimento pessoal na disciplina. g) Relação teoria-prática. h) Crescimento profissional.

III – Quanto à avaliação final do curso: a) Objetivo/proposta do curso. b) Articulação das disciplinas com a proposta do curso. c) Coordenação do curso. d) Equipe de apoio.

23. Planilha Financeira

DESPESAS COM SERVIÇOS				
Itens	Unidade	V. Unit. R\$	Quant.	Total-R\$
Professores	Hora/aula	65,00	356	23.140,00
Professores - Palestrantes Seminário	Hora/aula	65,00	30	1.950,00
Professores Orientadores	Monografia	65,00	250	16.250,00
Professores Conteudistas	Hora/Aula	65,00	100	6.500,00
Professor Pesquisador	Mês	1.500,00	18	27.000,00
Total -				74.840,00

24. Memória de Cálculo por Metas

Descrição da Despesa	Meta 01	Meta 02
	Atividade 01	Atividade 2.1
Bolsas professores	23.140,00	-
Bolsas Palestrantes	-	1.950,00
Bolsas Orientadores	-	16.250,00
Bolsas Conteúdisata	6.500,00	-
Bolsas Pesquisadores	27.000,00	
Subtotal	R\$ 56.640,00	R\$ 18.200,00
	Total	R\$ 74.840,00



UNIVERSIDADE
FEDERAL RURAL
DE PERNAMBUCO

Secretaria
de Desenvolvimento Social,
Criança e Juventude



PERNAMBUCO
GOVERNO DO ESTADO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU EM GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS
Especialização em Gestão de Política Social
Projeto Pedagógico

SUMÁRIO

1. Nome do Curso e Área do Conhecimento
2. Histórico da Instituição
3. Justificativa
4. Objetivos
5. Público-alvo
6. Concepção do Projeto
7. Coordenação
8. Carga Horária
9. Período e Periodicidade
10. Conteúdo Programático-Ementário
11. Corpo Docente
12. Metodologia
13. Interdisciplinaridade
14. Atividades Complementares
15. Tecnologia - Recursos Didáticos
16. Infraestrutura - Local de Ocorrência do Curso
17. Critérios de Seleção
18. Sistema de Avaliação
19. Controle de Frequência
20. Trabalho de Conclusão
21. Certificação
22. Indicadores de Desempenho
23. Planilha Financeira

1. Nome do Curso e Área do Conhecimento

Denominação: **Especialização em Gestão de Políticas Sociais**

Área do Conhecimento (Capes): 90000005 MULTIDISCIPLINAR

Subárea do Conhecimento (Capes): 90192000 SOCIAIS E HUMANIDADES

Departamento proponente: DECISO

Nível: Pós-Graduação Lato Sensu

Modalidade: A distância

Subordinação: O curso é regido pelas Normas Gerais dos Cursos de Pós-Graduação *lato sensu* da Universidade Federal Rural de Pernambuco. Está vinculado ao Instituto Menino Miguel e à Secretaria de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude do Governo do Estado de Pernambuco, responsável pelo financiamento e gestão dos recursos para o oferecimento gratuito do curso.

2. História da Instituição

Fundada em 1912, como Escola Superior de Agricultura de Pernambuco, a Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) tinha como objetivo formar profissionais na área de ciências agrárias. A demanda advinda dessa área gerou a possibilidade de diferentes cursos de Bacharelado e Licenciatura. Até dezembro de 1988, a UFRPE oferecia entre seus cursos de graduação o curso de Licenciatura em Ciências com habilitação em Física, Química, Matemática e Biologia. Em 1990, com o desmembramento das áreas e a consolidação de novos cursos de Licenciatura Plena: em Ciências Biológicas, em Física, em Matemática e em Química, foi criada a Licenciatura Plena em História. Todas essas licenciaturas passaram a ser oferecidas no turno noturno. Em 2009, novos cursos foram oferecidos à sociedade, a exemplo de Bacharelado em Administração e Licenciatura em Letras.

A dinâmica da UFRPE não se volta apenas para o ensino, a instituição tem se notabilizado também pelas pesquisas realizadas e pelas atividades de extensão que colocam em interação a sociedade e a Universidade. Com a constante intenção de buscar respostas para as questões que envolvem o desenvolvimento e a melhoria da qualidade de vida da sociedade

3. Justificativa

Este documento fornece os contornos iniciais do projeto pedagógico o curso de **Especialização em Gestão de Políticas Sociais**, voltado aos (as) profissionais de nível superior que atuam na provisão dos serviços socioassistenciais de Pernambuco, gestores (as) e conselheiros(as) da assistência social do estado de Pernambuco no exercício de suas competências e responsabilidades.

Para participação no curso, será dada prioridade aos (as) profissionais que possuem vínculo formal (efetivo) com o estado de Pernambuco e/ou com todos os 184 municípios e o Distrito Estadual de Fernando de Noronha – DEFN e que tenham participado de ações do Programa CapacitaSUAS/PE.

O Curso de Especialização aqui proposto, na medida em que tem como horizonte estratégico a ampliação do acesso aos serviços socioassistenciais e a melhoria da qualidade de vida da população, visa promover a dinâmica própria das políticas públicas sociais e dos temas que as envolvem, dialogando teórica e praticamente com o chamado “Campo de Públicas”. É importante mencionar que se trata

essencialmente, de um campo multidisciplinar de ensino, pesquisa e fazeres tecnopolíticos, no âmbito das Ciências Sociais Aplicadas e das Ciências Humanas, que se volta para assuntos, temas, problemas e questões de interesse público, de bem-estar coletivo e de políticas públicas inclusivas, em uma renovada perspectiva republicana ao encarar as ações governamentais, dos movimentos da sociedade civil organizada e das interações entre governo e sociedade, na busca do desenvolvimento socioeconômico sustentável, em contexto de aprofundamento da democracia. (PIRES, FONSECA, VENDRAMINI, COELHO, 2014, p. 112)

4. Objetivos

Geral:

Na modalidade EAD, esta formação busca ampliar a profissionalização da gestão pública dos (as) profissionais de nível superior que atuam na provisão dos serviços socioasssistenciais, gestores (as) e conselheiros (as) da assistência social do estado de Pernambuco no exercício de suas competências e responsabilidades, tendo em vista a ampliação do acesso e a melhoria da qualidade do serviço e dos indicadores sociais do estado.

Específicos:

- a) Formar, em nível de especialização, 60 servidores (as) técnicos (as) e gestores (as) e conselheiros (as) da assistência social da política de assistência social do Estado de Pernambuco em Especialista em Gestão de Políticas Sociais;

- b) Fortalecer a rede socioassistencial de Pernambuco através da qualificação técnica e política dos quadros técnicos e gestores (as) quanto à elaboração, implementação, gestão e avaliação de políticas sociais;
- c) Contribuir para a consolidação e ampliação das políticas sociais e a promoção do desenvolvimento social do Estado de Pernambuco;

5. Público-alvo

Denominação: Especialização em Gestão de Políticas Sociais

Servidores (as) e gestores (as) e agentes públicos atuantes na política de assistência social do Governo de Pernambuco, tendo em vista a ampliação do acesso e a melhoria da qualidade do serviço e dos indicadores sociais do Estado.

a) gestores, dirigentes, trabalhadores da rede socioassistencial pública;

São requisitos mínimos e obrigatórios para o processo seletivo:

- 1) seja servidor ou empregado público da administração pública do Poder Executivo Estadual ou Municipal;
- 2) tenha concluído a graduação, com diploma em curso reconhecido pelo MEC;
- 3) tenha participado e certificado em cursos promovidos via Programa CapacitaSUAS/PE;
- 4) tenha maior tempo de atuação na política de assistência social.

Número de Vagas: 60 vagas.

Habilitação/Certificação: Especialista em Gestão de Políticas Sociais

Carga Horária Total dos Componentes (h/r): 360 horas

A duração do curso será de no máximo até 18 meses.

6. Concepção do Projeto

Um curso de especialização, quando amparado em fundamentos teóricos e conceituais consistentes, é muito importante para a formação dos profissionais do serviço público. De um ponto de vista individual e coletivo, a emergência de especialista, numa sociedade tida como sendo “do conhecimento”, é relevante para o desenvolvimento intelectual dessa sociedade.

No caso em tela, rege-se pelos princípios e pelos pressupostos que compreendem a formação de especialistas menos como uma espécie de hiperespecialização e mais como uma maneira interdisciplinar de contribuir para a construção de profissionais técnica e politicamente bem estruturados.

De modo muito direto e objetivo, é possível afirmarmos que a concepção pedagógica do Curso de Especialização tem relação (in)direta com as linhas discursivo-pedagógicas que entendem e explicam a educação superior como voltada para a formação de sujeitos críticos criativos e cuidadosos, sujeitos necessários às reflexões sobre as problemáticas do saber.

Em função do próprio tema da especialização, como também dos objetivos já explicitados, a concepção pedagógica crítico-reflexiva que serviu de parâmetro para a construção deste Projeto tem sua base teórica, conceitual e metodológica fundamentada numa matriz epistemológica de natureza sócio-histórica. Tal matriz prega a educação superior como sendo uma invenção humana voltada para a formação do sujeito capaz de utilizar para o seu bem individual e para o bem coletivo competências e habilidades.

Desse modo, quando afirmamos que a concepção pedagógica que sustenta este Projeto é de natureza crítico-reflexiva, queremos dizer que o ementário criado, especialmente para esta Especialização, está amparado numa lógica de pensamento que não se baseia nos pressupostos e nos princípios de matrizes epistemológicas reducionistas, logo as intenções do ementário como um todo e as intenções do ementário de modo mais específico traduzem disciplinas reflexivas e dialógicas.

Se analisadas de modo isoladas ou mesmo em conjunto, as disciplinas que compõem a parte epistêmica deste Projeto foram montadas sob aportes teóricos que lhes dão uma mesma linha diretriz no que concerne aos argumentos por elas defendidos: a formação do estudante regularmente matriculado nesta Especialização deve ter por objetivo primeiro a melhoria no que diz respeito à sua atuação.

De um ponto de vista didático e metodológico, podemos afirmar que as disciplinas constituintes deste Projeto serão materializadas, com vistas a empreenderem um processo ensino-aprendizagem para o qual a importância do ensino não põe em xeque a relevância da aprendizagem, visto que tais disciplinas compreendem que a aprendizagem é um processo de relevância fulcral para todo e qualquer processo de ensino.

7. Coordenação

Coordenação Geral

Raquel de Aragão Uchôa Fernandes (DCC/UFRPE)

Possui graduação em Economia Doméstica pela Universidade Federal de Viçosa (2003), mestrado em Extensão Rural pela mesma Universidade (2007) e doutorado pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2012). É professora do Departamento de Ciências do Consumo da Universidade Federal Rural de Pernambuco. É professora e coordenadora do Programa de Mestrado em Consumo, Cotidiano e Desenvolvimento Social /PGCDS da UFRPE. Professora do Programa de Pós-Graduação Educação, cultura e Identidades UFRPE/Fundaj. Faz parte da coordenação do Observatório da Família que integra o Instituto Menino Miguel. É pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher/NUPEM, do Observatório da Família e do Núcleo de estudos do Consumo e Economia Família - NECEF e Laboratório de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho, Políticas Públicas e Desenvolvimento/ LABOR. Integra o corpo docente da Escola de Conselhos de Pernambuco. Entre as áreas temáticas de interesse estão: Estudos da família; Relações étnico-raciais, de classe, gênero/sexualidade e geração; Políticas Sociais; Interseccionalidades; Movimentos sociais; Relações de consumo; Direitos Humanos; Direito à cidade e ao Habitar, Sistema de Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes; Segurança Alimentar e Nutricional e Sistema Prisional.

Humberto da Silva Miranda (DE/UFRPE)

Possui graduação em História (2005) e mestrado em História Social da Cultura Regional pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (2008). Doutor em História pela Universidade Federal de Pernambuco (2014) e Pós-Doutor pela Universidade Estadual de Santa Catarina - UDESC. Professor do Departamento de Educação da UFRPE. Professor do Programa de Pós-Graduação em História da UFRPE e do Programa Educação, Culturas e Identidades (UFRPE/Fundaj). Coordena o Programa Escola de Conselhos de Pernambuco/Laboratório de História das Infâncias do Nordeste - Instituto Menino Miguel/UFRPE. Atua como vice coordenador do GT Nacional História da Infância e da Juventude - Anpuh Brasil.

Professora Dra. Gabriella Maria Lima Bezerra (DECISO/UFRPE).

Docente Adjunta de Ciência Política do Departamento de Ciências Sociais - DECISO, da Universidade Federal Rural de Pernambuco. Doutora em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS. Já foi professora substituta dos cursos de graduação em Gestão de Políticas Públicas e Economia Ecológica do Departamento de Estudos Interdisciplinares - DEINTER, da Universidade Federal do Ceará - UFC e da Especialização em Educação Pobreza e Desigualdade Social ofertada pela UAB/MEC e Universidade Federal do Ceará - UFC. Tem experiência em tutoria nos cursos de Especialização em Informática em Saúde, ofertado pela Universidade Federal de São Paulo - UNIFESP, Gestão Pública Municipal, oferecido pela Universidade Federal do Paraná - UFPR e do Curso de Aperfeiçoamento em Educação, Pobreza e Desigualdade Social, ofertado pelo Governo do Estado do Ceará, em parceria com a UFC. Pesquisadora vinculada ao Laboratório de Estudos em Política, Eleições e Mídias - LEPEM da UFC e Colunista do Jornal O Povo.

Equipe Docente (atribuições)

Professores – responsáveis pela regência das disciplinas propostas, acompanhamento dos discentes e avaliação dos resultados.
Professores - Palestrantes Seminário – responsáveis pelas palestras voltadas por conteúdos e temáticas específicas e inovadores (convite da coordenação).
Professores Orientadores – responsáveis pelo acompanhamento e avaliação do TCC(convite da coordenação).
Professores Conteudistas – responsáveis pela produção dos conteúdos e de documentos específicos do curso (seleção pública interna UFRPE).
Professor Pesquisador – responsável pela produção da pesquisa pedagógica, temática e das atividades mensais do Curso.

8. Carga Horária

360 horas/aula

9. Período e Periodicidade

Início: setembro de 2021

Término: dezembro de 2022

10. Conteúdo-Programático-Ementário

10.1. Matriz Curricular Especialista em Gestão de Políticas Sociais

Especialista em Gestão de Políticas Sociais		
Unidades Curriculares		
1º Módulo		
1	Aula de Abertura	4
2	Estado e Políticas Públicas	24
3	Políticas de Segurança e Desenvolvimento Social	24
4	Metodologia de Pesquisa	24
5	Seminário Integrador 1	14
2º Módulo		
6	Direitos Humanos	24
7	Participação, Controle e Gestão Social	20
8	Política Estadual da Assistência Social	24
10	Seminários Integrador 2	14
3º Módulo		
11	Gestão Estratégica de Programas Sociais	24
12	Tópicos Especiais: Temas estratégicos - Pobreza, Desigualdades e indicadores sociais	24
13	Orçamento e Financiamento do SUAS	24
14	Seminário Integrador 3	14

4º Módulo		
16	Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas	24
17	TCC	40
18	Seminário Integrador 4	14
Totalizando: 360 horas		

10.2. Ementário das Unidades Curriculares

Estado e Políticas Públicas: Estudo das políticas públicas entendidas a partir da relação entre a ação governamental e os processos políticos; Definição de políticas públicas; Para que servem as políticas públicas; Processos decisionais das políticas públicas, em suas complexas relações: atores, instituições, dinâmica Estatal e governamental.

Políticas de Seguridade e Desenvolvimento Social: Desenvolvimento Social e Proteção Social: quadro teórico e panorama nacional. A transformação do papel do Estado e o desenvolvimento da política social. Políticas Sociais no Brasil: histórico; Engenharia institucional de proteção social.

Metodologia de Pesquisa: O trabalho científico e seus elementos. Normas técnicas e aspectos gráficos do trabalho científico. bases metodológicas na prática da pesquisa social. A pesquisa e produção do conhecimento científico. Projetos de Pesquisa, construção do objeto.

Seminários Integradores:

I: Burocracia de Nível de Rua;

II: Gestão do Trabalho e Educação Permanente no SUAS;

III- Interseccionalidade e Políticas Sociais: Gênero e Diversidade Étnico Racial;

IV - Intersetorialidade das Políticas Sociais.

Direitos Humanos: A construção do sujeito de direitos. Estado, democracia e Direitos Humanos: os princípios de igualdade e justiça social. Debate teórico sobre os Direitos Humanos, as principais correntes oposicionistas e críticas de amplo espectro político. Tratados, legislações e mobilizações dos organismos internacionais.

Participação, Controle e Gestão Social: Institucionalização do controle social como exercício regular nas políticas. Gestão social, sociedade civil, poder local e governança. o processo de democratização no Brasil e a institucionalização do Controle Social na Carta de 1988. Os modelos de Controle Social: Conselhos, Conferências, Plano Diretor e Estatuto da Cidade.

Política Estadual da Assistência Social: Emergência da Política Nacional de Assistência Social. Trajetória da constituição da assistência social em Pernambuco; Engenharia institucional de proteção social no estado de Pernambuco; Governo de Pernambuco e Políticas Públicas.

Gestão Estratégica de Programas Sociais: Estado, legitimidade e burocracia; Cooperação institucional; Intersetorialidade entre as políticas públicas; benefícios, serviços e

integração de rede setoriais e intersetoriais; Gestão dos Equipamentos Públicos de Assistência Social: Planejamento e Gestão dos serviços socioassistenciais.

Orçamento e Financiamento do SUAS: Orçamento como instrumento de planejamento e controle Orçamento e Gastos Públicos. Teoria da Tributação. Federalismo fiscal. Administração financeira em entidades públicas. Novas abordagens do orçamento público. Fundos públicos e o financiamento de políticas sociais. Sustentabilidade na gestão do orçamento público.

Temas Estratégicos:

I: Pobreza, Desigualdades e indicadores sociais: interseccionalidade, controvérsias na conceitualização de pobreza e desigualdade. Implicações da pobreza e desigualdade. Indicadores sociais como instrumentos de planejamento e gestão. Políticas públicas baseadas em evidências;

II: Indivíduos e famílias em situação de violência Acolhimentos para Crianças e Adolescentes e idosos; Primeira Infância. Criança, Adolescentes e Juventudes na Sociedade Brasileira: Contextualização sócio histórica da infância no Brasil; a família, as instituições escolares e a política de atendimento à infância e a adolescência; condições de vida nas áreas da educação, saúde e proteção; políticas públicas para infância e adolescência.

Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas: Tendências e perspectivas na avaliação de políticas e programas sociais; Monitoramento e avaliação como instrumentos de planejamento e gestão.

TCC:

11. Corpo Docente

Serão convidados pela coordenação geral do Programa [curso](#) e equipe pedagógica, a partir de suas reconhecidas carreiras profissionais identificadas com os objetivos e ementas das unidades curriculares.

Corpo técnico/administrativo: estrutura administrativa oriunda do CAPACITASUAS para os atendimentos e funções necessários à organização pedagógica e ao funcionamento do curso.

COMITÊ GESTOR

O Programa contará com um espaço institucional para acompanhamento do processo formativo, denominado Comitê Gestor, com reuniões semestrais, visando a escuta às instituições envolvidas, apreciação dos relatórios parciais de execução e dos temas que serão objeto dos TCC's.

Composição do Comitê Gestor:

- a) Coordenação geral do Programa;
- b) Gerência de Gestão do Trabalho e Educação Permanente / Secretaria de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude;
- c) Instituto Ipê/UFRPE
- d) Representante do corpo discente

12. Metodologia

A tendência crítico-reflexiva, que concebe a formação continuada em todas as áreas de atuação como um processo contínuo e permanente de desenvolvimento, é a concepção de educação adotada pelo Curso. Durante o curso de especialização, o cursista irá construir conhecimento e teorizar sobre a prática diária, fazendo uso da reflexão crítica no seu contexto social, político, econômico e cultural. O processo de formação que envolve a pesquisa leva-o paulatinamente a ler e compreender a realidade, assumindo compromisso com ela.

No que diz respeito aos profissionais, este curso de especialização adota como metodologia para a formação os seguintes dispositivos: estudo compartilhado; planejamento e desenvolvimento de ações conjuntas; estratégias de reflexão da prática e análise e sugestão de/para situações-problema de ordem teórica (conceitual) ou empírica (situações reais). O pano de fundo de todas as ações é a prática tomada como fonte de investigação, de experimentação, de indicação de conteúdo e de transformação.

A estrutura do projeto pedagógico proposto aqui busca desenvolver diferentes competências, a saber: aprender a aprender, trabalhar em grupo, comunicar-se efetivamente por meio das modalidades oral e escrita; fazer reflexões críticas com autonomia e resolver problemas. Os conhecimentos adquiridos serão socializados por meio de exposições dialogadas, discussões, debates e seminários, a fim de garantir a troca de saberes e verificar a aprendizagem de forma contínua e processual.

13. Interdisciplinaridade

A interdisciplinaridade, assim como a entendemos aqui, é um dos princípios norteadores deste Curso. Desse modo, em todas as variáveis das questões didáticas,encionamos que a interdisciplinaridade esteja presente. A maneira como a organização metodológica das disciplinas estáposta favorecerá a ocorrência de ações pedagógicas interdisciplinares.

14. Atividades complementares

As aulas que ocorrerão no Curso terão por premissa serem dialógicas, pensadas num processo de ensino aprendizagem significativo para os atores escolares neles envolvidos. Desse modo, serão evitadas aulas eminentemente expositivas e procurar-se-á a materialidade de aulas interativas nas quais os conhecimentos sejam forjados sempre de modo consistente e prazeroso.

Em complementação às aulas, o Curso promoverá atividades fora da sala de aula a exemplo de palestras, workshops, participação em eventos, pesquisa de campo etc., no sentido de diversificar as formas de aprendizagem e de estimular a socialização de conhecimentos.

15. Tecnologia e recursos didáticos

Os professores utilizarão seus computadores pessoais e plataformas digitais de ensino (via Google Sala de Aula – UFRPE).

16. Local de Ocorrência do Curso - Infraestrutura

Local onde ocorrerão as aulas

Local onde funcionará a Secretaria do Curso

Toda a atuação do curso ocorrerá de forma remota e online, não presencial.

Local para pesquisa

Bibliotecas da UFRPE, locais em que os cursistas contarão com bibliografia específica sobre a temática. Assim como, acervos digitais disponíveis online. Os arquivos serão disponibilizados no Site do Instituto Menino Miguel.

17. Critérios de Seleção

O Curso oferece 60 vagas, sem ônus para os selecionados em termos de pagamento de mensalidade referente ao curso.

Será observada a distribuição regional das vagas, buscando contemplar todo o Estado de Pernambuco e, assim, efetivar a interiorização do aprendizado aqui proposto.

São requisitos mínimos e obrigatórios para o processo seletivo:

- 1) seja servidor ou empregado público da administração pública do Poder Executivo Estadual ou Municipal;
- 2) tenha concluído a graduação, com diploma em curso reconhecido pelo MEC;
- 3) tenha participado e certificado em cursos promovidos via Programa CapacitaSUAS/PE;
- 4) tenha maior tempo de atuação na política de assistência social.

Processo seletivo

As inscrições serão feitas exclusivamente de maneira on-line por e-mail.

Para efetuar a inscrição, o candidato deverá preencher corretamente a ficha de inscrição. Os documentos abaixo relacionados devem ser digitalizados e enviados em formato PDF, juntamente com a ficha de inscrição. Os documentos a serem enviados são:

- a) Ficha de inscrição devidamente preenchida;
- b) RG;
- c) CPF;
- d) Diploma de graduação ou comprovante de colação de grau em curso superior devidamente reconhecido pelo MEC. No caso de diploma estrangeiro, o documento deverá ser traduzido e devidamente reconhecido pelo Ministério da Educação, até o final do primeiro semestre do curso;
- e) Histórico Escolar da graduação;
- f) Documento que comprove estar atuando no Governo do Estado de Pernambuco ou em município pernambucano, com data de ingresso na instituição, comprovando vínculo e tempo de serviço no SUAS;
- g) Comprovação de certificados em cursos realizados via programa CapacitaSUAS/PE;
- h) Curriculum vitae resumido (três laudas no máximo).

Será aceita, apenas, a inscrição do candidato que tenha concluído ou comprove a aptidão para concluir o curso superior antes do período da matrícula no Curso.

O processo de seleção constará de duas etapas:

1^a. Etapa (eliminatória)

- a) carta de intenções;

- b) análise do currículo;
- c) histórico acadêmico da graduação;
- d) documentos comprobatórios.

2^a. Etapa (caso haja número maior de inscritos do que vagas - Etapa classificatória):

- a) Entrevista
- b) Caso haja empate entre os candidatos, como critério de desempate, observamos o tempo de vínculo empregatício.

Esse processo seletivo será conduzido por uma comissão presidida pelo Coordenador Geral do Programa e representante da GGTEP/SDSCJ.

Após a lista de aprovados preliminar, os inscritos poderão solicitar revisão. A comissão fará a análise dos pedidos de revisão e será lançada a nova publicação com o resultado final. A matrícula será efetivada após o cumprimento de todas as exigências.

18. Sistema de Avaliação

Como dissemos antes, este Curso pretende ser materializado na e pela prática pedagógica tendo nos fundamentos sócio-históricos da educação seu parâmetro de ocorrência. Dessa forma, o sistema de avaliação da aprendizagem que compreenderá as unidades curriculares do Curso também seguirá, como não poderia deixar de ser diferente, a mesma linha de raciocínio.

A avaliação, por ser criteriosa, será do mesmo modo rigorosa, e não se confundirá com a simples noção de exame. No entanto, também não será simplesmente um procedimento de natureza compensatória. Os procedimentos avaliativos serão parte integrante e necessária dos processos de aprendizagem.

Haverá, sob a regência da proposta pedagógica deste Curso, processos avaliativos os quais permitam tanto a melhoria na qualidade dos processos de ensino-aprendizagem quanto no que diz respeito tão-somente aos procedimentos de ensino dos docentes.

19. Controle de Frequência

Aparentemente a frequência pode não ser uma problemática didática, mas ela o é. Nesse sentido, utilizaremos aquilo que está previsto em Lei para guiar nossos procedimentos didáticos: a frequência mínima exigida é 75% de presença às aulas e às atividades complementares. O acompanhamento ocorrerá por meio de listas de frequência disponibilizadas para assinatura até 50% do tempo transcorrido da aula ou da atividade complementar.

20. Trabalho de Conclusão de Curso

Propomos que a preparação para o TCC aconteça em dois momentos para o curso de especialização em Gestão de Políticas Sociais e três momentos para a turma de especialização de Políticas Sociais, prevendo, neste caso, o maior distanciamento do ambiente acadêmico e tendo em vista a contribuição que esta atividade tem na evasão dos

curso des especialização, principalmente, na modalidade a Distância. Também propomos que os temas possíveis de serem desenvolvidos sejam previamente definidos, a partir de decisão do Comitê Gestor e de acordo com as temáticas consideradas estratégicas para o Governo do Estado de Pernambuco. Além disso, definiremos previamente os modelos de TCC, para melhor encaminhamento e acompanhamento dos alunos, novamente, com intenções de reduzir a evasão. Sugerimos os seguintes modelos de TCC: 1) modelo tradicional de revisão teórica ou pesquisa empírico analítica; 2) projeto de intervenção - O (a) aluno (a) insere-se em um local específico de desenvolvimento de políticas públicas de forma a identificar uma situação que, nos moldes de caso-pesquisa, sob a orientação de um professor do curso, para a qual deve desenvolver uma proposição de intervenção. Esses modelos serão definidos por comissão didática e apresentados para os alunos já no edital de seleção.

Banca Examinadora

A banca examinadora será composta pelo orientador e demais membros convidados.

21. Certificação

Para que o aluno tenha direito ao Certificado de Conclusão de Curso, emitido pela Universidade Federal Rural de Pernambuco, deverá obter frequência igual ou superior a 75% da carga horária, integralizar com desempenho suficiente os créditos, concluir, defender e entregar a versão final do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), no prazo previsto no calendário, em dois exemplares digitais em pdf para a Coordenação do Curso, segundo os critérios de avaliação estabelecidos nas Normas Gerais.

Quanto à disciplina: a) Os recursos didáticos. b) O cumprimento dos objetivos. c) A metodologia de trabalho. d) A clareza da linguagem utilizada pelo docente. e) A bibliografia. f) O sistema de avaliação. g) A assiduidade do docente. h) A interação docente/discente. II – Quanto à auto-avaliação: a) Pontualidade. b) Assiduidade. c) Estudo dos textos (atividade extraclasse). d) Participação nos debates em sala de aula. e) Participação nas atividades de grupo (em classe e extraclasse). f) Investimento pessoal na disciplina. g) Relação teoria-prática. h) Crescimento profissional. III – Quanto à avaliação final do curso: a) Objetivo/proposta do curso. b) Articulação das disciplinas com a proposta do curso. c) Coordenação do curso. d) Equipe de apoio.

22. Indicadores de Desempenho[V1]

Para efeito de avaliação global do curso, conforme a Resolução 277/2011, durante a realização do curso, o discente avaliará as disciplinas individualmente, ao serem concluídos os seus créditos, bem como, fará uma autoavaliação e uma avaliação geral, observando os seguintes critérios:

I – Quanto à disciplina: a) Os recursos didáticos. b) O cumprimento dos objetivos. c) A metodologia de trabalho. d) A clareza da linguagem utilizada pelo docente. e) A bibliografia. f) O sistema de avaliação. g) A assiduidade do docente. h) A interação docente/discente. II – Quanto à autoavaliação: a) Pontualidade. b) Assiduidade. c) Estudo dos textos (atividade extraclasse). d) Participação nos debates em sala de aula. e) Participação nas

atividades de grupo (em classe e extraclasse). f) Investimento pessoal na disciplina. g) Relação teoria-prática. h) Crescimento profissional.

III – Quanto à avaliação final do curso: a) Objetivo/proposta do curso. b) Articulação das disciplinas com a proposta do curso. c) Coordenação do curso. d) Equipe de apoio.

23. Planilha Financeira

DESPESAS COM SERVIÇOS				
Itens	Unidade	V. Unit. R\$	Quant.	Total-R\$
Professores	Hora/aula	65,00	356	23.140,00
Professores - Palestrantes Seminário	Hora/aula	65,00	30	1.950,00
Professores Orientadores	Monografia	65,00	250	16.250,00
Professores Conteudistas	Hora/Aula	65,00	100	6.500,00
Professor Pesquisador	Mês	1.500,00	18	27.000,00
Total -				74.840,00

24. Memória de Cálculo por Metas

Descrição da Despesa	Meta 01	Meta 02
	Atividade 01	Atividade 2.1
Bolsas professores	23.140,00	-
Bolsas Palestrantes	-	1.950,00
Bolsas Orientadores	-	16.250,00
Bolsas Conteúdisata	6.500,00	-
Bolsas Pesquisadores	27.000,00	
Subtotal	R\$ 56.640,00	R\$ 18.200,00
	Total	R\$ 74.840,00